

Curso/Disciplina: Penal (Parte Especial)

Aula: Penal (Parte Especial) – 60

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Mayara Cristina de Araujo Rabelo

Aula nº. 60

➤ **Advocacia administrativa (continuação)**

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

No crime de advocacia administrativa, o funcionário usa a função de funcionário público para **patrocinar interesse privado**. Não pratica o crime o defensor público que patrocina o interesse privado, porque isso não está fora das suas típicas funções institucionais.

O crime é **comissivo**.

O interesse é o particular, que deve ser o de terceiro. O funcionário público que se identifica como funcionário público, buscando interesse próprio, não pratica esse crime, pode até ser uma postura imoral, mas não se adequa ao tipo de advocacia administrativa.

Segundo a doutrina, **não há crime** do art. 321 quando interesse é de pessoa da família. Novamente pode ser uma conduta imoral, mas não criminosa.

O **interesse pode ser legítimo ou ilegítimo**, sendo ilegítimo a pena é maior. O § único pressupõe que o agente saiba da ilegitimidade do direito.

Funcionário pode patrocinar a causa pessoalmente **ou através de interposta** pessoa.

O crime é instantâneo, comissivo, exige um agir. A conduta nuclear exige um comportamento ativo, é de **mera conduta**, não há previsão de resultado naturalístico. Trata-se de crime de perigo para a Administração, porque há risco na conduta do agente público para a Administração.

Em tese, é possível a tentativa.

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

A lei 8.137/90, no art. 3º há modalidade especial de advocacia administrativa: funcionário patrocina interesse privado em face da administração fazendária:

Art. 3º Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I):

III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Na Advocacia administrativa, a competência é do **Jecrim**.

➤ **Violência arbitrária**

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Segundo a maioria da doutrina, o crime de violência arbitrária foi **tacitamente revogado** pela Lei n. 4.898/65 - **Lei de Abuso de Autoridade**, porque é lei posterior, trata do mesmo tema e é lei especial. Trata-se de lei mais benéfica que o art. 322 – CP.

Supremo Tribunal Federal confirmou que não houve revogação do tipo, mas ter cuidado, porque o julgado é de há mais de 10 anos. Esse precedente isolado seguiu posição minoritária da doutrina. No julgado há defesa que na lei de abuso há atentado a integridade física, aqui no CP há a prática violência. Se o agente na sua conduta tem postura violenta na violência arbitrária, responde além da violência arbitrária às condutas violentas com cumulação.

➤ **Abandono de função**

Abandono de função

Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Abandonar o cargo público fora os casos previstos em lei. O que seria a previsão legal? Resposta: estado de necessidade, ou seja, envolveria casos de justificação.

O que caracteriza o delito é o abandono injustificado.

Bem jurídico: interesse da administração na continuidade e manutenção o serviço.

Sujeito ativo: Funcionário público que abandona a função. Trata-se de crime de mão própria, portanto não é possível a coautoria. Discute-se a possibilidade de participação.

Abandonar significa deixar ao desamparo, largar. Não é a simples falta. O abandono fica caracterizado quando há risco para a Administração Pública.

Lei 8112/90: “Art. 138. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.” Essa hipótese é de infração disciplinar.

O crime do art. 323 é de mera conduta. A maioria diz que não há objeto material.

Cargo público: doutrina discute se é cargo em sentido amplo ou não: há quem entenda que deve interpretar de forma restritiva, mas há quem defenda que não.

Crime doloso. Não há modalidade culposa.

Consuma-se com o abando. Em tese cabe tentativa.

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Forma qualificada: § 1º - se resulta prejuízo. Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Forma qualificada: § 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira. Pena - detenção, de um a três anos, e multa.